



Folha nº
DP4 - Curitiba S.A.
Rubrica:.....

PROTOCOLO 01-013272/2022

PARECER Nº. 009/2022-DP-4

INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO - ANUIDADE CREA - OBRIGATORIEDADE REGISTRO - VIABILIDADE JURÍDICA.

Mediante o presente, a Gerência Financeira Administrativa e de Pessoal da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S.A., solicita parecer jurídico acerca da possibilidade de inexigibilidade de licitação para pagamento de anuidade relativa ao Conselho Regional de Engenharia - CREA, referente ao registro da Companhia para fins de cumprimento das atividades relacionadas a regularização fundiária, avaliações imobiliárias e outras atividades pertinentes e de controle da referida entidade.

Remetido o presente processo a esta Supervisão, e de posse de toda a documentação que o instrui, verificou-se que não há quaisquer impedimentos jurídicos para que ocorra a contratação direta do objeto descrito no projeto.

Com fundamento no artigo 75, II e demais parágrafos da Lei nº 14.133/2021, no caso concreto, ora apresentado, juridicamente deverá ser inexigível a licitação para a contratação dos serviços descritos no projeto básico.

Da mesma forma, a inexigibilidade da licitação se aplica quando a competição se torna completamente inviável. É o que ocorre no caso em tela, já que tal atribuição é dirigida ao CREA, que possa se submeter às regras gerais de concorrência, vez que, de fato e de direito, há a obrigatoriedade de tal registro e o pagamento da anuidade como estatuído.

De outro viés, analisando o processo em comento quanto a sua adequação formal frente às disposições internas contidas na Instrução Normativa nº. 02/2010, que estabeleceu os procedimentos das fases preparatórias de licitação, dispensas e inexigibilidade, as quais foram integralmente observadas, visto a manifestação da Gerência Financeira atestando possuir recursos financeiros para arcar com a despesa em tela, bem como a autorização da Diretoria Executiva, estando o procedimento de inexigibilidade regularmente instruído.

Nestas condições, ressaltada a viabilidade jurídica da inexigibilidade da licitação, remetemos o presente à Diretoria Executiva que, nos termos de sua



Folha nº
DP4 - Curitiba S.A.
Rubrica:.....

competência estatutária e normativa, e mediante conveniência e oportunidade, irá deliberar acerca do pedido inicial.

Curitiba, 08 de fevereiro de 2022.

Ricardo Costa Maguetas
Assessor Jurídico
OAB-PR 28.275

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-013272/2022 - por Lilian Cardoso - Matrícula 81613 em 10/03/2022 às 10:13:33